

Analisando as desigualdades a partir do acesso à água: o caso de Campos Elíseos-RJ

Sabrina Lourenço Medeiros¹

Valéria Pereira Bastos²

Resumo: Este artigo retrata parte dos resultados da pesquisa realizada no período de desenvolvimento do mestrado acadêmico, que teve como proposta estudar as implicações da efetivação da política pública de saneamento básico, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, com recorte para o município de Duque de Caxias, e enfoque para o bairro de Campos Elíseos, considerando que nesse território, está instalado um relevante complexo industrial no ramo de petróleo e petroquímica, e com isso verifica-se que os benefícios, no que diz respeito, sobretudo ao acesso a água, se apresenta em abundância para as empresas e escassez para os moradores. Por isso, buscou-se compreender a partir das desigualdades identificadas, quais os entraves existentes para prestação e acesso igualitário aos serviços de saneamento básico, considerando ser a política pública de saneamento de grande relevância para a vida saudável de todos, sem distinção entre o potencial empresarial e a população, principalmente a mais empobrecida.

Palavras-chave: Saneamento Básico; Baixada Fluminense; Duque de Caxias; direitos sociais.

Analyzing inequalities based on access to water: the case of Campos Elíseos-RJ

Abstract: This article portrays part of the results of the research carried out during the development period of the academic master's degree, which aimed to study the implications of implementing public basic sanitation policy, in Baixada Fluminense in Rio de Janeiro, focusing on the municipality of Duque de Caxias, and focus on the neighborhood of Campos Elíseos, considering that in this territory, a relevant industrial complex in the oil and petrochemical sector is installed, and with this it appears that the benefits, with regards, especially to access to water, it presents itself in abundance for companies and scarcity for residents. Therefore, we sought to understand, based on the identified inequalities, what obstacles exist for the provision and equal access to basic sanitation services, considering that public sanitation policy is of great

¹ Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio, Assistente Social da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE Link do Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/7191526131691462>

² Doutora em Serviço Social – Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio - Associada I – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio – Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Urbanos - GRIPES – Bolsista de Produtividade do CNPq – PQ2; Pesquisadora apoiada pela FAPERJ – Jovem Cientista – Autora do Livro: Profissão: Catador- Um estudo de construção identitária, organizadora dos Livros: A Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos, Logística reversa e a inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis: equação difícil de resolver, e de artigos em periódicos e revistas sobre a temática socioambiental. Links: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0034189381343924>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7412-0353>.

relevance for everyone's healthy life, without distinction between the potential business and the population, especially the most impoverished.

Keywords – Basic Sanitation, Baixada Fluminense, Duque de Caxias, Social Rights.

Introdução

A Baixada Fluminense é uma região formada por treze municípios, os quais são: Mesquita, Nilópolis, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Japeri, Belford Roxo, São João de Meriti, Paracambi, Japeri, Queimados, Seropédica e Itaguaí. E conta com população de cerca de 4 milhões de habitantes, o que representa em termos percentual cerca de 22% da população do estado do Rio de Janeiro, de acordo com estimativa do IBGE para 2022.

A temática do Saneamento constitui-se como ponto fundamental no atendimento à população, por dizer respeito ao direito humano básico conforme preconiza a Organização das Nações Unidas (ONU), que em Assembleia das Nações Unidas em 2010, lançou a Resolução A/RES/64/292 de 2010 onde declarou que água limpa, segura e o saneamento constitui em direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos, essa resolução foi aprovada por 122 países, inclusive pelo Brasil.

Do ponto de vista internacional também trazemos a agenda 2030 da ONU, que trata dos objetivos do desenvolvimento sustentável os chamados ODS, destacamos o ODS 6 - água potável e saneamento, que consiste em garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos (ONU, 2010).

O saneamento básico se refere ao acesso à água potável, ao esgotamento sanitário, entre outros serviços essenciais à saúde e preservação do meio ambiente. E evidencia a importância da prestação e do acesso igualitário aos serviços de saneamento básico, por isso consideramos ser essa, uma política pública de grande relevância para a vida saudável de todos, e importante para o acesso a cidade, por refletir na infraestrutura urbana.

Buscamos que os resultados da pesquisa realizado no mestrado sobre saneamento básico no município de Duque de Caxias e de forma mais abrangente na Baixada Fluminense, possam contribuir para a ampliação de conhecimento a respeito da realidade desses municípios fluminenses, os quais são permeados por conflitos urbanos e socioambientais, em função das desigualdades sociais e injustiças ambientais, as quais são refletidas pelo não acesso pleno da

população às políticas públicas. Dessa forma, a proposta que se apresenta se refere a continuidade do debate acerca do saneamento ambiental na Baixada Fluminense.

1 O Saneamento na Baixada Fluminense e seus impactos na vida da população

A partir do trabalho das primeiras Comissões de Saneamento³ na Baixada Fluminense que iniciam em 1910, isto é, na primeira década do século XX, e se estendem ainda que de forma fragmentada até 1940, neste período a região passou por significativas modificações, a fim de ter seu território saneado, deixando de ser área alagadiça pantanosa e insalubre, para ser de forma gradual uma grande região urbana, o que trouxe impactos para aumento populacional na região da Baixada Fluminense.

Os relatórios produzidos pela Comissão Federal de Saneamento na Baixada Fluminense (CFSBF), de acordo com Fadel (2006), fizeram críticas à construção de ferrovias na região da Baixada, assim como às condições de insalubridade de algumas bacias, estas são: do Rio Estrela, Rio Piranga e Rio Magé. Esses acontecimentos estariam correlacionados à construção das estradas de ferro e estradas de rodagem na região.

A comissão ressaltou que a intervenção no ambiente por obras sem o estudo prévio, a construção de estradas de rodagem e os aterros destinados às estradas de ferro, acabaram por transformar a região num imenso pântano, uma vez que se constituíram em verdadeiras barragens ao escoamento das águas (Fadel, 2006, p. 114).

Décadas mais tarde, a questão do saneamento passa a ter uma nova organização institucional, visto que nos anos de 1930 e 1940 as organizações estatais: a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. E, na década de 1940, tem-se a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). A partir de 1946, o DNOS passa a ser órgão central no setor de saneamento, coordenando políticas da União aos Estados.

Os programas e projetos direcionados para o saneamento não cessaram no decorrer do século XX, como vimos acima. As ações conduzidas por Comissões trouxeram mudanças significativas para a região. Porém, o quadro de saneamento não obteve atendimento em todos os seus aspectos, fator que se reverbera atualmente em diferentes contextos político-econômico,

³ Dois engenheiros se destacam na formulação de ações de saneamento concebidas e realizada pelas Comissões de Saneamento da Baixada Fluminense. O engenheiro Moraes Rego chefe da CFSBF do período de (1910-1916), e o engenheiro Hildebrando de Góes, chefe da mesma comissão do período de: (1933-1940).

todavia, as ações continuaram a serem empreendidas, em projetos vultuosos, muitos desses inacabados e inconclusos.

A partir dos anos de 1970 no contexto do Brasil urbano, devido à grande mudança no país com intensos movimentos migratórios para as cidades, nesse contexto as cidades da Baixada Fluminense receberam grande contingente populacional em busca de melhores condições de vida, na dita era urbano-industrial.

Elencamos de acordo com Porto (2001), os principais programas e projetos lançados a partir de 1970 com intervenção na Baixada Fluminense, no setor de saneamento. Destacam-se seis grandes projetos de saneamento com impacto na Baixada Fluminense, estes são: Plano de Impacto (1975); Projeto Especial de Saneamento para Baixada Fluminense e São Gonçalo (1984), Plano de setorização da Rede de Abastecimento de Água da Baixada (1986); Projeto Reconstrução Rio (1988), Programa de Despoluição da Baía da Guanabara (PDBG,1992); Programa Nova Baixada (1995). Há também dois estudos: Projeto de Urbanização de Vias na Bacia do Rio Sarapuí (1987) e o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu/Sarapuí (1994). Esses seis projetos, em termos de investimentos, segundo Porto (2001), ultrapassaram a cifra de “US\$ 1 bilhão”.

Porto (2001) sinaliza, que houve um importante destaque em relação ao saneamento ambiental, no âmbito do Plano Especial de Esgotamento da Baixada e de São Gonçalo:

Pela primeira vez a Baixada experimentou uma intervenção integrada dentro de uma concepção de saneamento ambiental, já que as intervenções envolveram esgotamento sanitário com tratamento, micro drenagem, arborização, além de expressarem uma preocupação com a questão ambiental. Pela primeira vez, a questão das desigualdades socioambientais vai orientar as diretrizes e prioridades da política pública de saneamento na Baixada Fluminense (Porto, 2001, p. 92).

Prosseguindo na análise, o autor enfoca que a atuação do Comitê de Saneamento da Baixada merece destaque. Através da representatividade popular foi possível garantir o envolvimento da federação municipal de associação de moradores, assim como de partidos políticos e parlamentares na participação e controle do plano:

Com a formação do Comitê a luta pelo saneamento básico ganhou uma centralidade no movimento organizado da Baixada Fluminense, sendo um dos elementos dinamizadores da organização popular na região, uma vez que trazia consigo três elementos que se articulavam com o objetivo mais geral dos movimentos sociais desse período: melhoria nas condições de vida, participação popular nas decisões

governamentais e organização da população considerando suas demandas como direitos de cidadania (Porto, 2001, p. 61).

O autor Raulino (2010) argumenta que, de fato, a partir da década de 1980 a Baixada Fluminense passou a receber intervenções na estrutura urbana de forma mais efetiva para o setor de saneamento, e para o controle de enchentes e inundações que assolam a região.

Cabe ressaltar que apesar dos programas de saneamento mencionados terem perdurado por décadas, as ações empreendidas, em sua totalidade, não superaram problemas de infraestrutura e de saneamento básico. Nesse sentido, pontuamos, que o Programa de Impacto, que teve atuação no período de 1975 a 1982, realizou a construção da adutora da Baixada Fluminense, a qual proporcionou aumento de 200% (duzentos por cento) na oferta de água para região, e construiu reservatórios de água e rede de distribuição (Porto, 2001, p. 139).

O Plano Especial de Esgotamento da Baixada e São Gonçalo, com atuação de 1983 a 1990, implantou 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros de rede coletora de esgoto na bacia do Rio Sarapuí e realizou 30 (trinta) mil ligações prediais (Porto, 2001, p. 140). O Plano de Setorização da rede de abastecimento de água na Baixada Fluminense, com período de atuação de 1987 a 1990, construiu 89 (oitenta e nove) quilômetros de rede de abastecimento de água, (Porto, 2001, p. 140). Entretanto, Raulino (2010) complementa que, devido à falta de recursos financeiros do sistema financiador, apenas parte do objeto das obras previstas foram de fato realizadas.

Já o Programa Baixada Viva, com atuação de 1995 a 2003, foi renomeado para Programa Nova Baixada, e realizou obras de revitalização e de saneamento básico em bairros selecionados dos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti. Buscou-se a solução de problemas regionais através de uma visão integrada, com ações nos setores sociais e de infraestrutura, de forma a alcançar a urbanização integrada de bairros e o resgate da cidadania (Porto, 2001, p. 145).

No que se refere ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, o programa realizou a construção de rede distribuidora de água, implantação de duas estações de tratamento de esgoto (Sarapuí e Pavuna), implantação de redes coletoras de esgotos, ligações domiciliares e estações elevatórias de esgotos (Porto, 2001, p. 143). Esse programa recebeu um Termo de

Repactuação de Mediação (TRM)⁴ e, nos dias atuais, há obras em andamento na Baixada Fluminense para esgotamento sanitário: em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo. Contudo, o problema do esgoto perdura: conforme Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), Duque de Caxias trata de apenas 14% (catorze por cento) do esgoto que coleta. Nesse sentido, verifica-se a precariedade na prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Não há clareza da finalização de programas de saneamento, por isso, considera-se as análises publicadas dos órgãos competentes e dos pesquisadores, que nos orienta para finalização de programas e projetos, ainda que alguns destes projetos estejam de fato inacabados. Os objetivos vão de encontro a períodos políticos, onde os programas ganham notoriedade, ou o contrário, são esquecidos. Cabe destacar a nomenclatura, onde nas esferas governamentais, ganham diferentes nomes de programas, entretanto, estes estão em consonância com o objetivo pelo qual fora criado, sendo uma continuação das intervenções previstas anteriormente.

No próximo tópico, avançaremos no estudo de saneamento da Baixada Fluminense a partir da era do Programa de Aceleração do Crescimento, que marca as décadas iniciais dos anos 2000.

2 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Baixada Fluminense.

Nos anos 2000, desponta no cenário nacional um grande programa de infraestrutura, intitulado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo, de acordo com o Ministério do Planejamento, era de planejamento e execução de grandes obras em diversas áreas, com impacto na infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo então, para o desenvolvimento do país em ritmo acelerado.

O PAC foi idealizado e lançado na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e foi operacionalizado nos mandatos do presidente Lula (2003-2011) e em parte do governo Dilma Rousseff (2011-2016). Entretanto, face às crises econômicas mundiais que reverberaram no país, o programa já não ocupava

⁴ O TRM está vinculado a uma ação civil pública. A apresentação em *power point* pode ser vista no site da CEDAE. Disponível em: https://cedae.com.br/despoluicao_baixa_guanabara. Acesso em: 04 jun. 2021.

centralidade em meados do governo Dilma, e após o processo de impeachment em 2016, foi perdendo o espaço que outrora ocupava.

Durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), não houve neste período, agenda de investimentos para aporte ao PAC e nem para um novo programa de grande impacto na infraestrutura urbana do país. Sobre o saneamento básico em seu segundo ano de mandato presidencial, em 2020, Bolsonaro (2019-2022) aprovou a Lei 14.026 em 14 de julho de 2020, que vem a ser o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, a referida lei foi aprovada e sancionada com aplicação de diversos vetos pelo presidente da República. A falta de diálogo com setores da sociedade para ampla discussão em relação as significativas mudanças no setor, e a rapidez do processo, foram aspectos que marcaram a tramitação do Projeto de Lei, e de sua sanção no Congresso Nacional.

Com o Novo Marco Legal do Saneamento de 2020, obtém-se a chancela jurídico-legal para abertura do setor de saneamento básico ao mercado privado, a partir de novos formatos de gestão, fazendo com que o modelo de outrora operado por empresas estaduais de saneamento, esteja em constante mudança. A exemplo do processo de privatização a partir de 2021, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário realizados no Rio de Janeiro, que eram operados pela empresa estadual de economia mista - Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). No Rio de Janeiro ocorreram dois leilões de concorrência internacional em 2021, como resultado os serviços supracitados, passaram a ser geridos por empresas privadas em grande parte do estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao PAC em Castelo (2013), o autor analisa o impacto da economia no país na era do PAC, com a intervenção do Estado na economia e as consequências para a taxa de juros, compreendendo que as medidas são anticíclicas, conforme aponta:

A questão que merece ser discutida é: qual é o destino dos recursos que voltam a entrar em circulação além dos circuitos especulativos do capital portador de juros? Grande parte deste dinheiro foi alocada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em capitalizações do caixa do BNDES e nas desonerações fiscais e tributárias de setores produtivos, numa operação de transferência de renda para o grande capital estimada em R\$ 106 bilhões no biênio 2013-2014. [...] Os gastos nas áreas sociais também sofreram aumentos, mas em uma proporção muito menor do que o pagamento dos juros e amortizações da dívida (Castelo, 2013, p. 124).

O PAC teve atuação diversa, sendo desenvolvido nos diferentes Estados e municípios das cinco regiões do país, e não foi diferente na Baixada Fluminense, pois o programa foi

implementado por diversos empreendedores através de contratos com diferentes construtoras e empreiteiras. Com forte presença do Estado no aporte de recursos via fontes orçamentárias, nas modalidades contratos não onerosos de repasse e contratos onerosos por empréstimos.

O montante de valor via repasse ou empréstimo que apuramos em investimentos na Baixada Fluminense através de projetos no âmbito do PAC, é da ordem de R\$1.090.580.205, desse montante o valor efetivamente desembolsado é de R\$850.903.290,00 (Medeiros, 2022, p. 88).

Verifica-se que o montante de recursos disponibilizados para área de saneamento no âmbito do PAC foi de grande proporção, na ordem de mais de 1 bilhão de reais, com impacto na Baixada Fluminense. Entretanto, a efetividade desses projetos de saneamento na Baixada Fluminense, nem sempre foram exitosos na mesma proporção do montante de recursos disponibilizados.

Esse fato remonta a compreensão de que não basta apenas recursos financeiros para efetivação de políticas públicas: a gestão pública que deve ser eficiente para gerir recursos e atender os requisitos do controle de orçamento, assim como o interesse de compatibilizar recursos e metas para atendimento de objetivos gerais e específicos, devem ser observados. E a forma como a máquina pública brasileira opera, com regras, estatutos, legislação, dentre outros, os quais não são mecanismos fáceis de operação, o que requer conhecimento de direito administrativo e aprimoramento de equipes técnicas de órgãos públicos, e da parte do executivo, o real interesse para uma boa gestão pública. Há que considerar as dificuldades em atuar nos territórios, haja vista a violência urbana, dentre outros fatores que trazem dificuldade para instalar obras e serviços, quando estes trazem impactos locais.

No âmbito do PAC na Baixada Fluminense, houve diversos projetos para diferentes componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos. A contratação desses versou para proponente: município, estado, autarquia, empresa pública e empresa privada.

De acordo com a autora Oliveira (2018), mais de 50% (cinquenta por cento) das obras do PAC na Baixada Fluminense não foram concluídas, e até os dias atuais estão paralisadas, o que é um prejuízo para população residente, visto que essa acaba não recebendo o serviço necessário para a garantia de sua qualidade de vida.

Destacamos que, no âmbito do PAC, no ano de 2014, a estatal CEDAE e o governo do Estado do Rio de Janeiro anunciaram um grande programa para ampliação de abastecimento de água tratada para a Baixada Fluminense, denominado “Mais água para Baixada Fluminense, Novo Guandu”, através do Programa “Saneamento para Todos”, cujo recurso é proveniente do FGTS e da contrapartida do solicitante. Este programa iniciou na segunda fase do PAC, em 2010, no final do segundo mandato do presidente Lula (2007-2011), sendo chamado de PAC 2. No ano de 2014 a presidente que liberou recursos para o programa de abastecimento na Baixada Fluminense foi Dilma Rousseff (2011-2016).

Determinado programa Mais Água para Baixada Fluminense – Novo Guandu tem por objetivo construir sistemas de adução e de distribuição, construir e reformar reservatórios, instalar ligações prediais, além de construir uma nova estação de tratamento de água, a saber, o Guandu II.

É um programa de grande proporção e está inserido em territórios da Baixada Fluminense, em municípios já atendidos pelo sistema Guandu, que compreende a Estação de Tratamento de água do Guandu (ETA Guandu), redes distribuidoras e reservatórios. Também abrange outros sistemas de tratamento e distribuição de água, podemos citar o sistema Acari, presente em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias.

Os projetos vinculados ao programa na primeira fase, ocorrem por Concorrência Nacional (CN), por meio de processo licitatório, seguindo escopo de obras em edital, em que cada CN⁵ representa uma parte integrante do programa para ampliação do Sistema de Abastecimento de água (SAA) na Baixada Fluminense.

Os contratos celebrados em cada CN devem estar de acordo com preceitos da administração pública, esses são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Assim como as licitações devem estar dentro das normas balizadoras, contidas na chamada Lei das Licitações: 8.666 de 21 de junho de 1993, atual Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Acrescenta-se a legislação da chamada Lei das Estatais 13.303 de 30 de junho de 2016, dentre outros marcos legais que devem ser observados no âmbito da administração pública.

⁵ Todos os editais podem ser consultados no site. Disponível em: www.cedae.com.br/licitacoes, ou por meio de solicitação no canal de transparência da ouvidoria do Estado. Acesso em: 09 nov. 2024.

É sabido que o programa não se findou por completo⁶, após oito anos desde o seu anúncio, em 2014, são necessárias diversas intervenções para atingir o escopo traçado de outrora. Destarte, com a privatização dos serviços no Rio de Janeiro, fica a indagação de como se desdobrará a condução do programa “Mais água para Baixada Fluminense – Novo Guandu”, sobretudo para expansão de redes distribuidoras constituída por troncos e redes de distribuição, as quais conduzem água tratada para população. Esse serviço, em grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi entregue à iniciativa privada para operação dos serviços.

O escopo definido com a privatização foi apenas a operação da estatal na produção de água em estações de tratamento, onde se compreendem as etapas de captação e de tratamento, para posterior entrega ao destinatário. Nesse caso, as empresas privadas realizam a distribuição aos consumidores finais.



Figura 1 - Programa: Mais água para Baixada Fluminense – Novo Guandu.
Fonte: (Rio de Janeiro, [2022]).

⁶ Algumas CNs findaram e atingiram o escopo traçado.

Quadro 1 - Programa Mais água para Baixada Fluminense 1ª Etapa.

Objeto	Situação
CN 05 – Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades em Duque de Caxias.	Obra Concluída
CN 06 – Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades no município de Nova Iguaçu. Complementação da NAPBF – Nova Adutora para Baixada Fluminense.	Obra Concluída
CN 07 – Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João de Meriti.	Obra não iniciada
CN 08 – Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades no município de Belford Roxo.	Obra em andamento
CN 09 – Obras de implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades no município de Queimados.	Obra concluída
CN 10 – Obras para o sistema integrado do abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita.	Obra paralisada
CN 11 – Obras de implantação do sistema de abastecimento de água da localidade de Cabuçu no município de Nova Iguaçu.	Obra Concluída
CN 12 – Obras para reforço no abastecimento de água de Nilópolis e outros municípios.	Obra paralisada
CN 13 – Obras de reforço no abastecimento de água de São João de Meriti e Nilópolis	Obra Concluída

Fonte: (Medeiros, 2022 p. 92).

Para a segunda etapa do programa destacamos que está em curso a execução de obras para a construção do reservatório intitulado Marapicu II e, para construção da Estação de Tratamento de água Guandu II, há licitações concluídas e outras em andamento. O abastecimento desse sistema destina-se aos municípios da Baixada Fluminense e da capital, em áreas que já são atendidas pelo sistema Guandu. A vazão do Guandu II prevista é de 12 mil litros por segundo de água tratada.

Destacamos também as obras do projeto Iguaçu, idealizado em 1996, que somente iniciaram em 2007, no âmbito do PAC. Esse projeto foi renomeado em 2008 para “Projeto de Controle de Inundações e Recuperação Ambiental das Bacias dos rios Iguaçu/Botas e Sarapuí” e realizou obras de dragagem nos rios afluentes ao Iguaçu, assim como implantou 10 (dez) quilômetros de ciclovia, 8 (oito) parques fluviais, 3 (três) pontes, entre outras intervenções (INEA, slide audiência pública, 2013).

Projeto Iguaçu: Foi elaborado por uma equipe de técnicos da COPPE/UFRJ, montada no ano de 1994, por solicitação da então SERLA, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), acompanhada de um Comitê formado por representação de moradores, governos municipais e governo estadual, o Plano Diretor Integrado de Controle de Inundações da Bacia do Rio Iguaçu-Sarapuí ou simplesmente Projeto Iguaçu elencou um conjunto de ações que deveriam ser realizadas na bacia, complementando as obras do Reconstrução Rio (Raulino, 2010, p.142).

No âmbito do PAC, o projeto obteve aporte de recursos do governo estadual e contrapartidas dos municípios na região da bacia. O orçamento previsto é da ordem de R\$ 700 milhões, dos quais foram liberados R\$173 milhões para a 1ª fase, para obras de revitalização dos rios e para urbanização e assentamentos, a serem executados num prazo de 30 meses.

Para o município de Duque de Caxias, Raulino (2010) traz as seguintes informações:

Estão previstas várias obras em rios e canais, algumas já realizadas, outras realizadas parcialmente e outras por realizar. São exemplos, além das obras nos rios principais, como o Iguaçu e Sarapuí, que atravessam vários bairros da cidade, os rios Pilar (em andamento) e Calombé, na Figueira (não vai ser realizado mais nessa fase) (Raulino, 2010, p.143).

Concluimos este tópico refletindo que diversas são as intervenções no âmbito do saneamento em territórios da Baixada Fluminense, desde fim do século XIX atravessando o século XX e perpetuando-se no século XXI. O que nos traz a indagação de que o *déficit* do saneamento já deveria ter sido superado há muito tempo. Contudo, a realidade não o confirma. Não é possível trazer apenas uma provável razão para a perpetuação da não universalização de serviços de saneamento na Baixada Fluminense.

Nesse sentido, salientamos que importantes fatores devem ser observados: a gestão pública; a atenção dada ao saneamento principalmente no componente esgotamento sanitário, pois este último requer atenção e é de certa forma invisibilizado; as diferenças regionais presentes nos municípios; a violência urbana; dentre outros fatores que trazem impacto na efetivação das políticas públicas nos territórios.

Recortamos a região compreendida pela Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, ressaltamos que a política pública de saneamento básico ainda não é efetiva para população residente, pois o abastecimento de água potável ainda não é universal, pois muitos moradores dependem da captação de água por meio de poços artesianos, e principalmente o esgotamento

sanitário, este último, o acesso ainda é muito precário, devido a pouca oferta para o tratamento dos efluentes líquidos, antes de retornar a natureza de forma segura.

Compreendemos que a política pública de saneamento deve abranger o atendimento de serviços de forma equânime e justa para a população, como assim define os tratados internacionais, por se tratar Direito Humano básico. Há que considerar a necessidade de meios efetivos para promoção da educação ambiental, de forma extensa e contínua, para que a população contribua com a preservação ambiental, considerando a relação sociedade-natureza, não como antagônicos, mas como participantes de um mesmo ecossistema.

Considerações finais

Buscou-se neste texto analisar alguns aspectos relativos ao desenvolvimento da política pública de saneamento básico, no diz respeito aos serviços de água potável e esgotamento sanitário na Baixada Fluminense, dados que foram levantados a partir da pesquisa que teve como base analítica, além do trabalho empírico, pesquisas documental e bibliográfica, que nos permitiu maior conhecimento sobre os estudos de pesquisadores da temática, e também de fontes documentais da administração pública, ampliando o acesso as informações sobre as ações desenvolvidas na prestação de serviços a população, bem como os investimentos realizados.

Os dados nos revelaram que embora tenham ocorridos investimentos significativos, o acesso aos serviços de saneamento básico, os quais destacamos: água potável e esgotamento sanitário, ainda não são universais na Baixada Fluminense. Isto porque, reconhecemos que os territórios da Baixada Fluminense são marcados por injustiças sociais e ambientais, devido à precarização do desenvolvimento de uma política para local, uma vez que o que se produz de bens e riqueza, nestes territórios, não trazem desenvolvimento local na mesma medida da exploração de recursos, pois, o que se verifica é que sua grande produção de bens e serviços, beneficiam majoritariamente outros municípios fluminenses, sobretudo a capital do estado.

Neste sentido, se faz necessário que a agenda pública do saneamento básico tenha maior protagonismo, na pauta pública, a fim de que os entes federados: estados, municípios e união, atuem para universalizar o acesso ao saneamento básico, considerando ser essa uma política essencial para a qualidade de vida dos habitantes. Sobretudo na Baixada Fluminense, uma vez

que se constitui como um território permeado por desigualdades, e injustiças sociais e ambientais, o que marca de forma efetiva uma das pontas da crise ambiental, pois boa parte da população residente, não tem acesso aos serviços, e temos dúvidas se terão, uma vez que profundas mudanças marcaram os anos 2020, principalmente pelo fato da privatização da prestação de serviço no estado do Rio de Janeiro.

Referências

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE). **Programa Mais Água para Baixada Fluminense**. Disponível em: <https://www.cedae.com.br/maisaguaparabaixada>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CASTELO, R. O Canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, p. 119-138, 2013. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/o-canto-da-sereia-social-liberalismo-novo-desenvolvimentismo-e-supremacia-burguesa-no-capitalismo-dependente-brasileiro/view>. Acesso em: 09 nov. 2024.

FADEL, S. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no período do Império a Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI:10.11606/T.8.2006.tde-16072007-123431. Acesso em: 09 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados**: Duque de Caxias. [2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MEDEIROS, S. L. **Análise das peculiaridades do saneamento básico em Duque de Caxias**: o caso de Campos Elíseos e a prestação de serviços à comunidade. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, P. S. M. **O saneamento e a produção desigual do espaço urbano na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro**. 2018, 126p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Direito humano a água e ao saneamento**: resolução 64/292. 2010. Assembleia geral da Nações: Estados Unidos da América, 2010. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/64/292>. Acesso em: 20 maio. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030**. [2024]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO, H. R. L. **Saneamento e cidadania, trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense – 2001**. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RAULINO, S. F. As bacias hidrográficas de Duque de Caxias e suas influências no cotidiano da população do município. *In*: TENREIRO, A. (org.). **Duque de Caxias o território e sua gente**. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, 2010, p.100-150.

RIO DE JANEIRO (Município). Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). **Mais água para a Baixada Fluminense: sistema novo Guandu**. [2022]. Disponível em: https://cedae.com.br/Portals/0/folder_novo_baixada.pdf - acesso em 23 de jan. de 2022